



# CESE Info

## Comité Económico e Social Europeu

Uma ponte entre a Europa e a sociedade civil organizada  
Abril de 2016 | PT



### EDITORIAL

Caros leitores,

Em 22 de março, três meses após os terríveis ataques de Paris, Bruxelas, o coração da UE, foi alvo de ataques terroristas hediondos e brutais. Uma vez mais, fomos recordados, de forma

drástica, como um minuto pode transformar ou mesmo acabar com a vida das pessoas. Os nossos pensamentos estão com as muitas vítimas desta tragédia e respetivas famílias. Agradecemos aos voluntários e a todos os que ajudaram de forma incansável no rescaldo da situação. Agradecemos também às forças de segurança de Bruxelas, incluindo os militares, que fazem o seu melhor para nos proteger. Condenamos os assassinos perversos. Estes ataques recordam-nos que todos estamos empenhados em explorar as melhores formas de integrar os migrantes na nossa sociedade aberta europeia, que representa os valores não negociáveis da humanidade, democracia, igualdade e tolerância. Esta é uma questão de direitos e deveres, como referido no relatório de missão sobre os refugiados do mês passado.

Temos agora de olhar para o futuro. O nosso mundo é demasiado belo para ser derrubado por essas forças de destruição. Para as combater, não nos devemos concentrar apenas no terrorismo, mas enfrentar, de forma responsável e abrangente, os desafios com que a sociedade moderna se confronta.

#### Apesar dos reveses, temos de manter uma perspetiva otimista, mas realista

A primavera chegou. Vamos abrir as janelas, deixar entrar a luz do sol e o ar fresco para nos inspirar, gerar novas ideias sobre a forma de rever as nossas políticas, melhorá-las e encontrar soluções para os desafios que se avizinham.

O Comité Económico e Social Europeu está empenhado em fazê-lo, e o seu programa de trabalho é muito completo e abrangente. Os desafios económicos e o desemprego, as alterações climáticas e a sustentabilidade alimentar exigem ideias novas e soluções melhores que requerem a cooperação da sociedade civil e de peritos. É esta a base dos pareceres do CESE e do seu trabalho em geral. Os pareceres e as recomendações do Comité aos legisladores europeus reúnem a sabedoria, as competências e os conhecimentos de grande parte da sociedade.

Convido todos os leitores a considerarem os enormes progressos já alcançados em conjunto e a continuarem a refletir e a debater sobre a forma de enfrentar os desafios que se avizinham, trabalhando em prol de uma Europa unida, democrática, solidária, pacífica e próspera, próxima dos cidadãos, como afirmado no programa do presidente do Comité. O CESE é vosso parceiro e está pronto para ser a vossa voz na Europa.

Gonçalo Lobo Xavier

Vice-Presidente do CESE, responsável pela Comunicação

### AGENDA

**25 a 26 de maio de 2016 – CESE, Bruxelas:**  
Reunião plenária do CESE

**17 de maio de 2016 – Nottingham (Reino Unido):**  
Audição da CCMI sobre a indústria dos cosméticos em Nottingham

### NESTA EDIÇÃO

**2** Novo estudo do CESE sobre a obsolescência programada

**3** Entrevista de Gonçalo Lobo Xavier sobre o projeto relativo à migração

**4** Partilha de experiências entre os membros que estiveram em missões sobre migração

**5** *A tua Europa, a tua voz* 2016

**5** Exposição fotográfica de Giles Duley

## Declaração do presidente Georges Dassis sobre os ataques terroristas em Bruxelas

Em Bruxelas, no passado dia 22 de março, um grupo de assassinos desumanos semeou a morte e o sofrimento na nossa União.

Cometeram este crime atroz precisamente onde muitos de nós – conselheiros, delegados, suplentes, peritos, convidados do Comité e membros do seu pessoal – passamos todos os dias. Mais uma vez mataram, mutilaram e feriram, de forma covarde, os cidadãos da Europa. Procuram atingir e destruir os europeus que acreditam em circular livremente numa sociedade democrática que defende a paz, o diálogo e o bem-estar.

Não nos vencerão – nunca. Há seres humanos capazes do pior, mas há também, e sobretudo, pessoas que são capazes do melhor, e serão estas que vencerão. A única coisa que os terroristas conseguiram é a nossa união contra eles: eles são

em número muito reduzido, mas terrivelmente perigosos. Quem merece agora estar no centro das atenções são os milhões de pessoas, independentemente de quem sejam e de onde venham, que não cedem à violência, mesmo quando são apanhados numa situação injusta. Há que oferecer a estas pessoas a proteção de uma sociedade justa: a sociedade consagrada nos primeiros artigos do nosso Tratado.

Espero sinceramente que as manifestações públicas de solidariedade dos nossos líderes nacionais e europeus levem à adesão do maior número possível de cidadãos ao ideal democrático de uma Europa unida. Tenho a esperança que este momento penoso os incite a se mostrar mais frequentemente unidos, solidários, defensores dos valores fundamentais da nossa sociedade e conscientes de que esta situação ou qualquer outra situação crítica é igual para todos os Estados-Membros da União.



Evidentemente, no próprio dia dos atentados, enviei, em nome do Comité, uma mensagem ao primeiro-ministro do Reino da Bélgica manifestando a nossa total solidariedade. Sinto-me, mais uma vez, profundamente emocionado e revoltado quando penso nas vítimas inocentes destes e de quaisquer outros ataques bárbaros. É a eles que devemos ajudar com todas as nossas forças.

Georges Dassis  
Presidente do Comité Económico e Social Europeu

## Pasi Moisio, membro do CESE, uma das vítimas dos ataques de Bruxelas, partilha a sua experiência



O membro finlandês do CESE Pasi Moisio e a sua mulher estavam no aeroporto de Bruxelas aquando dos ataques terroristas de 22 de março. Pasi Moisio, que ainda se encontra a recuperar das lesões sofridas, concordou em partilhar a sua experiência com os leitores do *CESE Info*.

#### • Senhor Conselheiro Moisio, poderia partilhar connosco como viveu os trágicos acontecimentos de 22 de março?

Estava com a minha mulher na fila para o registo de passageiros para um voo com destino a Nova Iorque, quando fui projetado pela primeira explosão. A explosão veio da nossa esquerda e foi tão violenta que nos perfurou o tímpano esquerdo e nos queimou a cara e a roupa desse lado. Por sorte estávamos suficientemente afastados da explosão, o que nos permitiu sair de lá com poucas lesões. As nossas malas

de metal acabaram por nos proteger dos estilhaços que se dispersaram.

#### • De que forma esta experiência o afetou? Sente que as suas ideias e perceções mudaram de alguma forma?

Continuo apegado ao conceito de integração europeia e sinto que agora, mais do que nunca, temos de defender a liberdade de circulação e o Acordo de Schengen. No entanto, após esta experiência, tomei dolorosamente consciência da necessidade de controlar de forma eficiente as nossas fronteiras externas e das implicações da ausência desse controlo. Temos de evitar que os terroristas aproveitem os nossos direitos e tudo o que lográmos alcançar para levar avante os seus próprios propósitos. As instituições da União Europeia debateram este tema exaustivamente. É chegada a hora de passar do debate à ação.

#### • Enquanto sobrevivente dos ataques, que mensagem gostaria de deixar aos seus próximos e aos leitores do *CESE Info*?

Estamos profundamente gratos pelas mensagens de solidariedade e apoio que muitos colegas e amigos nos enviaram na sequência dos ataques. Recebemos centenas de mensagens SMS e de correio eletrónico e telefonemas e gostaríamos de agradecer

aqui a todos e transmitir-lhes quão precioso foi o seu apoio. Esta crise uniu as pessoas e esperamos que esta nova união nos permita alcançar resultados positivos.

### CESE Info – Edição especial sobre migração

Para assinalar a apresentação do relatório final do CESE sobre a atual crise da migração e dos refugiados, o *CESE Info* publica um suplemento de duas páginas com alguns testemunhos vívidos das missões de estudo e informação em que baseou o relatório e uma entrevista com o vice-presidente do CESE, Gonçalo Lobo Xavier, o proponente das missões, e uma reflexão de Pavel Trantina, coautor da estratégia do CESE em matéria de migração. A revisão da iniciativa «A tua Europa, a tua voz» 2016 juntamente com as antestreias de uma exposição de Giles Duley no Comité e o seminário dos meios de comunicação da sociedade civil 2016 organizado pelo CESE – todos centrados na temática dos refugiados e da migração – completam esta edição especial sobre migração.



# Novo estudo do CESE sobre a obsolescência programada demonstra que os produtos rotulados como «de longa duração» registariam um aumento de 56% nas vendas



Em 29 de março de 2016, o CESE publicou um estudo intitulado *The Influence of Lifespan Labelling on Consumers* [Influência junto dos consumidores da rotulagem sobre o ciclo de vida dos produtos], que demonstra o impacto da rotulagem sobre o ciclo de vida dos produtos no comportamento de compra dos consumidores. Os produtos rotulados como de longa duração, como malas e impressoras, registariam um enorme aumento nas vendas, de 128% e 70% respetivamente,

mas este aumento seria inferior no caso dos telemóveis inteligentes, atingindo 41% para os modelos que indicassem um tempo de vida útil mais longo.

90% dos participantes no estudo afirmou estar disposto a pagar um preço mais elevado (+102 euros) por uma máquina de lavar loiça (com um preço entre 300 e 500 euros) que funcionasse durante mais dois anos. O tipo de rotulagem faz a diferença: a classificação de A a G é a mais eficaz, tendo-se verificado um aumento de 84% nas vendas. O estudo chama igualmente a atenção para a dimensão social da obsolescência programada, dado que as pessoas com baixos rendimentos se veem obrigadas a comprar produtos mais baratos e, por conseguinte, se confrontam com este fenómeno. Por último, 80% dos participantes considera que os fabricantes têm um elevado grau de responsabilidade em relação à vida útil de um produto.

O estudo, que abrange a Bélgica, a República Checa, a França, a Espanha e os Países Baixos e envolve cerca de 3 000 participantes, está em concordância com o parecer do CESE de 2013 intitulado «Por um consumo mais sustentável: O ciclo de vida dos produtos industriais e informação do consumidor a bem de uma confiança restabelecida».

O CESE insta a Comissão Europeia a elaborar legislação a nível da UE em matéria de obsolescência programada, recomenda que a indústria estabeleça sistemas voluntários de certificação, e encoraja os cidadãos europeus a mobilizarem-se e a impulsionarem a mudança. (cad)

## Novas formas de emprego requerem medidas de política social

Em 31 de março de 2016, o CESE realizou uma audição pública intitulada «A natureza variável das relações laborais, a economia da partilha, os contratos sem especificação do horário de trabalho e o salário de subsistência», para debater a expansão das formas não convencionais de emprego, com a ênfase na proteção dos trabalhadores.

As mudanças ocasionadas por plataformas em linha populares de serviços de transporte ou alojamento, por exemplo, têm implicações importantes para o mercado de trabalho e os regimes fiscais e de segurança social, da mesma forma que o salário de subsistência, foi afirmado na audição.

Compete aos decisores enquadrar estas tendências de forma que estas novas formas de emprego gerem resultados positivos para todos os membros da sociedade. Assim, o CESE espera que a Comissão Europeia e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) ajudem a desenvolver novos modelos de bem-estar social e um quadro para condições de trabalho dignas e adaptadas a mercados de trabalho mais flexíveis. Os esforços devem centrar-se na formação adequada de todos os trabalhadores, em especial em aptidões no domínio das TIC, no acompanhamento estatístico do impacto destas novas formas de emprego no mercado de trabalho e na economia, assim como em relações de trabalho mais claras que permitam determinar a responsabilidade por acidentes, danos e falhas do serviço. (cad)

## Aceitar a mudança no mundo do trabalho

### Gonçalo Lobo Xavier encoraja os portugueses a encararem as alterações nos padrões de trabalho como oportunidades

O vice-presidente do CESE, Gonçalo Lobo Xavier, figurou entre os oradores convidados da sessão de abertura do Ciclo de Conferências «Olhares Sobre o Trabalho», uma série de debates com personalidades fundamentais da sociedade portuguesa, que teve lugar em Braga, a 26 de fevereiro.

Acompanhado pelo ministro português da Economia, Manuel Caldeira Cabral, e pelo sociólogo, professor universitário e antigo líder da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP-IN), Manuel Carvalho da Silva, Gonçalo Lobo Xavier alertou que as mudanças nos padrões de trabalho ameaçam metade dos empregos existentes a nível mundial: a Quarta Revolução Industrial, a Internet das coisas e os novos padrões de consumo colocam em risco muitos postos de trabalho. «Estima-se que, nos próximos dez anos, 50% dos empregos que estamos habituados a ver vão ser destruídos por estas mudanças – mudanças que nós não conseguimos parar», afirmou. Por conseguinte, «nós temos de nos adaptar, defender os postos de trabalho e preparar os trabalhadores para estas mudanças, que, do meu ponto de vista, são irreversíveis, mas são também uma oportunidade, uma vez que muitos empregos serão criados, exigindo competências diferentes».

Sublinhou que a necessidade de antecipar a mudança, a procura de novas competências e a necessidade de modernizar as profissões tradicionais, oferecendo novas soluções e serviços, devem ser vistas como oportunidades. Manifestou ainda a esperança de que Portugal não adormeça à sombra dos seus louros turísticos e abandone outros setores estratégicos que são vitais para a economia do país. (dm)

## O CESE apela para uma nova forma de pensar para prevenir a radicalização

É necessária uma cooperação mais estreita para derrotar o terrorismo e reduzir o acesso às armas de fogo

Em 16 de março, o CESE adotou um parecer sobre a «Agenda Europeia para a Segurança» (relator: Cristian Pirvulescu) em que reclama novos instrumentos para prevenir a radicalização como parte de uma estratégia antiterrorismo mais alargada da UE. O parecer é uma reação quer ao plano de ação da UE contra o tráfico ilícito e a utilização de armas de fogo e explosivos quer à proposta de diretiva relativa à luta contra o terrorismo, apresentados pela Comissão Europeia.

O CESE realça que tanto a segurança como a liberdade são possíveis na Europa e considera que, em qualquer democracia, é perigoso introduzir na legislação a figura das infrações antecipadas. O artigo 3.º, n.º 2, alínea i), da proposta [ameaça de atos terroristas] deveria, por isso, ser suprimido. O CESE também recomenda às instituições da UE e aos Estados-Membros que apliquem o princípio da proporcionalidade, na medida em que a criminalização e a luta contra estes atos devem ser proporcionais à sua gravidade e, também, à intenção. No que diz respeito à criminalização das deslocações ao estrangeiro para fins de terrorismo, o CESE considera muito pouco clara a definição da expressão «para fins de terrorismo». Embora qualquer pessoa que organiza um atentado ou participa em treinos possa ser definido como terrorista, não é esse necessariamente o caso quando comete ciberterrorismo ou participa numa revolta armada ou numa guerra civil.

Eventos recentes vieram demonstrar que o terrorismo é hoje um fenómeno mundial. A política externa da

Europa no Médio Oriente e o Norte de África (MENA) tem de ser mais bem coordenada. Para o Comité, é prioritário apoiar de forma mais incisiva os esforços que visam a estabilização, o desenvolvimento e a democratização desta região e congratula-se com a intenção da Comissão de alargar o âmbito de aplicação do plano de ação UE-Europa do Sudeste e de intensificar a cooperação com o MENA. O CESE considera ainda que limitar drasticamente o acesso a armas de fogo e a explosivos deve constituir uma prioridade. Há que melhorar significativamente a cooperação institucional entre os Estados-Membros, tanto no que diz respeito ao intercâmbio de informações como à interligação das bases de dados existentes.

O CESE insta a Comissão Europeia a apoiar uma cooperação estreita entre a Europol, a Interpol, os principais atores do iTRACE e outros organismos, tais como as autoridades aduaneiras e as autoridades de emissão de certificados de importação e de exportação de armas de fogo. Contudo, embora preconize a mutualização dos recursos, previne que o aumento das medidas de proteção a nível europeu e a nível nacional pode ter um efeito cumulativo e repercutir-se negativamente nos direitos fundamentais. Se estes forem postos em causa, a UE estará a pôr em risco um dos seus princípios orientadores.

O parecer foi adotado por 145 votos a favor, com 3 abstenções. (dm)

## Dia Europeu do Consumidor 2016 – CESE apoia a regulamentação inteligente e melhor, mas não às custas dos consumidores

O CESE defende a redução da burocracia e a eliminação dos encargos que pesam sobre as pequenas, médias e microempresas através de uma melhoria da regulamentação. Porém, como teve ocasião de advertir no Dia Europeu do Consumidor, em 10 de março de 2016, este processo também não se deve traduzir numa desregulamentação total. A melhoria da legislação visa simplificar as normas e torná-las mais funcionais e menos dispendiosas para os utilizadores e os contribuintes. Contudo, tal não dispensa o respeito das regras em matéria de proteção dos consumidores e dos trabalhadores, nem o cumprimento das normas ambientais. O CESE instou a Comissão a ter mais em conta os pontos de vista da sociedade civil através de consultas públicas e de avaliações de impacto. Representantes de organizações de consumidores, decisores políticos e instituições europeias reuniram-se na 18.ª conferência anual, organizada pelo CESE, para debater a melhoria da regulamentação e o seu impacto nos consumidores.

No entender do CESE, a Comissão deve privilegiar mais a qualidade do que a quantidade e dar prioridade à redução da burocracia, que é dispendiosa para as empresas e coloca um entrave à sua competitividade, para além de constituir um obstáculo à inovação e à criação de emprego, em particular para as PME. Ao mesmo tempo, o princípio «pensar primeiro em pequena escala» (*Think Small First*) não tem por objetivo isentar as microempresas e as PME do respeito da legislação. O CESE insistiu desde sempre na proteção



dos quinhentos milhões de consumidores europeus, cujos direitos juridicamente vinculativos estão consagrados no Tratado. A defesa dos consumidores é uma das conquistas mais importantes e mais concretas da UE. Há que não pô-la em causa. (sg)

## UEM: CESE encoraja Comissão Europeia a ir mais longe sem demora

É urgente aprofundar a união económica e monetária da União Europeia, afirmou o CESE na sua reunião plenária de março, em que adotou um pacote de quatro pareceres sobre a matéria.

No parecer sobre as «Medidas a adotar com vista à conclusão da UEM», o CESE levantou a questão da legitimidade democrática, propondo um diálogo social tripartido para colmatar esta lacuna. Formulou também recomendações várias sobre a «Criação de conselhos nacionais da competitividade na área do euro», com destaque para a necessidade de incluir objetivos «Para além do PIB» na definição de competitividade e de criar conselhos mais equilibrados.

No parecer sobre o «Sistema Europeu de Seguro de Depósitos», o Comité recomendou que a introdução de uma maior partilha dos riscos fosse acompanhada de uma redução adicional dos riscos no setor bancário. No parecer sobre a «Representação externa da área do euro», o Comité salientou a necessidade evidente de reforçar o peso relativo da área do euro nas instituições financeiras internacionais e de destacar a sua posição nos mercados financeiros internacionais. Recomendou ainda que se defina de forma clara e explícita o papel de representação externa da área do euro, coordenando-o com o da UE no seu todo, a fim de preservar a integridade do mercado único. (cad)



# CESE info

Comité Económico e Social Europeu

Uma ponte entre a Europa e a sociedade civil organizada

Abril de 2016 | PT



## EDITORIAL

A Europa precisa de políticas de integração a longo prazo e do contributo da sociedade civil

Confrontada com o maior influxo de pessoas desde a Segunda Guerra Mundial, a sociedade civil demonstrou em toda a UE que é um ator fundamental para atenuar o impacto humanitário desta crise. Enquanto plataforma formal da sociedade civil europeia, o Comité Económico e Social Europeu identificou desde cedo a crise dos refugiados como uma preocupação importante e instou os governos e os políticos a seguirem a liderança da sociedade civil.

O CESE publicou um **relatório** baseado em recentes visitas de estudo e de informação, efetuadas por delegações do CESE, que se reuniram com mais de 180 intervenientes da sociedade civil dedicados ao trabalho com refugiados e migrantes em onze Estados-Membros e na Turquia. O relatório contém mensagens importantes para os Estados-Membros e as instituições da UE, nomeadamente a necessidade de proceder a uma distribuição equitativa dos refugiados, de afetar recursos suficientes, de assegurar controlos eficazes nas fronteiras, de combater o tráfico de seres humanos e de criar um sistema europeu comum de asilo, começando pela revisão do Regulamento de Dublin. Reitera ainda a necessidade de respeitar o Acordo de Schengen e a liberdade de circulação, que são importantes conquistas europeias.

Esta iniciativa deverá capacitar o CESE para contribuir para a elaboração de políticas europeias adequadas sobre o asilo e a migração, mas há ainda muito trabalho para fazer, e a «integração» é uma preocupação fundamental. Segundo o Comissário Dimitris Avramopoulos, temos de «pensar a longo prazo» e de «agir agora» para garantir a «plena integração de todos os recém-chegados que tenham o direito de permanecer na UE».

A integração sustentável requer o contributo essencial da sociedade civil. Chegou a hora de reconhecer os esforços da sociedade civil e de integrar plenamente os seus pontos de vista no processo de elaboração das políticas europeias de migração. A Europa necessita de políticas de integração a longo prazo que se centrem na integração dos migrantes e refugiados no mercado de trabalho, através do reconhecimento de competências, da educação e da formação. O custo da não integração dos migrantes e refugiados seria demolidor para todos.

**Georges Dassis**  
Presidente do CESE

## «Um documento importante que fará a diferença» – Gonçalo Lobo Xavier fala sobre o relatório do CESE relativo à migração



*Na reunião plenária de março deste ano, o CESE apresentou um relatório que resume os resultados das suas 11 missões no terreno. O relatório foi elaborado pelo Vice-Presidente Gonçalo Lobo Xavier em colaboração com os membros Pavel Trantina, Christa Schweng e Anne Dellenne e finalizado por um grupo ad hoc de 12 membros designados pela Mesa. O CESE Info entrevistou Gonçalo Lobo Xavier sobre este importante esforço coletivo.*

### Quais são as principais preocupações do CESE no que diz respeito à crise migratória?

A Europa está perante um enorme desafio. O CESE considera que todos os cidadãos devem ser mobilizados para enfrentar esta crise. Esta prova específica pode ser vista mais como uma oportunidade do que como uma ameaça. Estamos convictos de que as organizações da sociedade civil (OSC) devem desempenhar um papel neste

processo e podem propor soluções a nível dos cuidados de saúde, da clarificação do estatuto jurídico dos migrantes e da integração das famílias que pretendem vir para a União Europeia, com os seus direitos e as suas obrigações.

### Qual é, na sua opinião, o papel concreto do CESE na crise migratória?

Decidimos preparar 11 missões específicas, que foram cuidadosamente organizadas, a fim de melhor compreender as diferentes situações. O resultado é um documento importante que, estou absolutamente convicto, fará a diferença nos próximos meses. Estabelece algumas conclusões essenciais no que respeita à segurança dos migrantes, à plena clarificação dos seus direitos e obrigações, à necessidade de integração através da formação e do trabalho, e à clarificação do quadro jurídico. É evidente que o nosso documento realça a participação

específica das organizações da sociedade civil no processo.

### De que tipo de apoio dos Estados-Membros e da UE precisam as organizações da sociedade civil?

Podemos afirmar com certeza que o mais necessário é a coordenação entre as instituições. Evidentemente, o financiamento também é necessário para a execução das e um funcionamento mais eficiente, mas o que consideramos fundamental para lidar eficazmente com a situação é a coordenação entre todos os intervenientes no terreno. As organizações da sociedade civil são muito proativas, mas, por vezes, existem aspetos (jurídicos, financeiros) que têm de ser resolvidos pelos órgãos de poder nacional e local, que devem, não só, assegurar a coordenação entre si, mas também com as organizações da sociedade civil, constituídas pelos empregadores, trabalhadores e outros intervenientes sociais. (dm) ●

## Um projeto em consonância com a principal missão do CESE e as suas preocupações de longa data



porque a importância das organizações e dos voluntários da sociedade civil é muitas vezes desvalorizada e porque estes atores têm de superar dificuldades significativas e, por vezes, até ódio – ao ponto de poderem ser objeto de ações penais por ajudarem os refugiados, o que é absolutamente incompreensível. Por esse motivo, a Comissão Europeia deve trabalhar em conjunto com os Estados-Membros para lhes assegurar melhor proteção e apoio.

Os resultados da iniciativa «Agir a nível local» do CESE sobre os refugiados revelam uma verdade básica: se a Europa conseguiu, em grande medida, evitar uma grave catástrofe humanitária, foi graças sobretudo à extraordinária mobilização das organizações e de voluntários da sociedade civil de vários Estados-Membros, e ao papel de liderança que estes assumiram. É por isso que queremos dar-lhes voz junto da UE,

A nossa decisão de realizar onze missões aos Estados-Membros para analisar a situação dos refugiados não foi tomada intencionalmente. O trabalho do Comité sobre os refugiados e as migrações representa um compromisso de longo prazo e, diria até, inédito e inovador. Os nossos grupos de estudo permanentes – especialmente o Observatório do Mercado do Trabalho e o Grupo de Estudo Permanente para

a Imigração e Integração – apoiam e continuarão a apoiar a elaboração de uma política europeia comum para a imigração e a integração, dando ênfase à proteção dos direitos fundamentais, à solidariedade e à participação robusta da sociedade civil. Estamos atualmente a redigir vários pareceres, e a experiência pessoal adquirida pelos nossos membros em missão é essencial para que possamos apresentar propostas e recomendações úteis às outras instituições da UE. ●

**Pavel Trantina**,  
Presidente da Secção Especializada  
de Emprego, Assuntos Sociais  
e Cidadania

## Fórum Europeu sobre Migração – Prioridade ao emprego e à integração!



### EUROPEAN MIGRATION FORUM

Em 6 e 7 de abril, o CESE organizou o segundo Fórum Europeu sobre Migração, a plataforma de diálogo entre a sociedade civil e as instituições da UE, coorganizado com a Comissão Europeia.

Este ano, o fórum foi encarregado de traduzir as informações fornecidas pela sociedade civil numa política de migração prática e a longo prazo para a União Europeia, com incidência sobre o emprego e a integração de migrantes e refugiados. Para além do anúncio da Comissão de que pretende elaborar um plano de ação da UE para a integração de nacionais de países terceiros, o Fórum Europeu sobre Migração reuniu dados sobre os desafios específicos com que se confrontam os migrantes com qualificações baixas ou médias, o trabalho não declarado e a exploração, o acesso ao mercado de trabalho e o papel do nível local e da sociedade civil no processo de integração.

Georges Dassis, presidente do CESE, abriu o fórum com um apelo a que «os decisores políticos europeus escutem e tenham em conta as nossas recomendações: a Europa tem de adotar políticas de integração de longo prazo que incluam o reconhecimento das qualificações dos migrantes e refugiados, a educação e a formação, e nós devemos ajudar à sua integração no mercado de trabalho. O custo da não integração dos refugiados e migrantes seria desastroso para todas as partes.»

Dimitris Avramopoulos, comissário europeu responsável pela Migração, Assuntos Internos e Cidadania, afirmou que «se a nível imediato nos confrontamos com a crise dos refugiados, também precisamos de pensar a longo prazo (...). É crucial garantir que as pessoas que chegaram e têm direito de permanência na UE se tornam parte integrante da nossa sociedade. É essencial assegurar uma integração rápida e plena, e precisamos de implicar diferentes partes interessadas – com destaque para a sociedade civil – neste processo». (cad) ●



# Partilha de experiências dos membros que estiveram em missões

Os seguintes artigos representam as opiniões pessoais dos membros do CESE que participaram nas missões e não refletem necessariamente os pontos de vista do CESE

## Irini Pari, membro do Grupo dos empregadores, sobre a missão à Grécia

Em dezembro, participei numa missão que jamais esquecerei. Desloquei-me com colegas do CESE a Lesbos, uma ilha do mar Egeu, e a Eidomeni, uma pequena localidade situada na fronteira norte da Grécia. Este é o ponto de entrada de milhares de refugiados que fogem da guerra à procura de um futuro melhor.

Foi impressionante constatar no terreno o número sem precedentes de refugiados. Só a Lesbos, que é uma ilha de 86 mil habitantes, chegam em média 5 a 6 mil pessoas todos os dias. Acolhê-los, satisfazer as suas necessidades básicas e iniciar o processo de triagem e registo, entre outras questões, é uma tarefa colossal. E, segundo me foi dito por todos, com o passar do tempo mais chegarão.

Tivemos a oportunidade de nos encontrar com uma série de pessoas que trabalham no terreno – funcionários das autoridades nacionais, dos órgãos de poder local, da Frontex, da UE, da CNUDH, da OMI e de ONG locais e internacionais –, todas elas profundamente envolvidas, motivadas e empenhadas.



Após os debates que mantivemos, é minha convicção que a Europa tem um papel muito importante a desempenhar. Em primeiro lugar, é essencial criar rotas seguras para os refugiados e os migrantes, de modo a evitar que sejam explorados pelos passadores e percam a vida no mar. Em segundo lugar, importa reforçar o papel da Frontex, que deve dispor dos meios e recursos necessários para salvar vidas e contribuir para o complexo processo de registo. Por último, há que rever o Regulamento de Dublin II. A responsabilidade não pode recair exclusivamente nalguns Estados-Membros, tem de ser partilhada, e numa base permanente.

Estive com refugiados que tinham acabado de atravessar o mar na noite anterior, uma noite fria em que perderam a vida 15 pessoas. Conversei com refugiados pouco antes de atravessarem a fronteira ou a quem foi recusada passagem a caminho da Europa Central. Vi dor, angústia e esperança nos seus olhos. Não os desapontemos! ●

## Peter Schmidt, membro do Grupo dos trabalhadores, sobre a missão à Alemanha

No início de janeiro, participei numa missão do CESE (com os colegas Krzysztof Balon e Jukka Ahtela) para investigar a situação dos refugiados que chegam à UE e a cooperação entre as autoridades e a sociedade civil em Passau e Munique.

O que mais me impressionou foi a enorme prontidão das mais variadas organizações para ajudar os recém-chegados, bem como a forma como os diferentes grupos de voluntários na nossa sociedade se organizaram, sem que fosse necessário lançar um pedido especial. Este empenho permitiu evitar uma catástrofe humanitária apesar do número extremamente elevado de chegadas à UE. Após algumas dificuldades iniciais, até os órgãos de governo competentes e a polícia federal não só reconheceram a elevada competência dos cidadãos, como também os aceitaram como principais atores na solução do problema.



As redes sociais foram um instrumento imprescindível, já que sem elas esta organização não teria sido possível. Também visitámos projetos de integração já em curso. O consenso geral é que este será o maior desafio. Neste ponto, verificou-se que há dois aspetos essenciais a ter em conta. Por um lado, os exemplos demonstram que um maior recurso a professores de línguas leva a uma integração mais rápida dos refugiados e reduz os momentos de tédio que podem gerar conflitos.

Por outro lado, há uma necessidade premente de coordenadores. Não obstante a admirável ação das diversas organizações humanitárias, muitas vezes, falta a coordenação que tornaria a assistência mais direta e imediata.

Além disso, desaconselha-se fortemente a criação de guetos de refugiados, que constituem um obstáculo à integração. Nos exemplos que visitámos, verificámos que a integração só funciona se for realizada dentro dos municípios e das cidades. Ainda que, num primeiro momento, aumentem os conflitos entre a população, essa situação depressa se normaliza quando se percebe que os refugiados são apenas pessoas. A sociedade civil desempenha um papel determinante neste processo. A prestação de assistência aos refugiados, mas também a sua integração, por exemplo, nas atividades do município permitem uma integração muito mais rápida. ●

## Antonio Longo, membro do Grupo dos Interesses Diversos, sobre a missão à Itália



Dada a sua posição no Mediterrâneo, a Itália é o primeiro país de contacto para centenas de milhares de pessoas que fogem de África e de países assolados pela guerra, como a Síria, em busca de um destino melhor. A ilha de Lampedusa tornou-se simultaneamente símbolo do acolhimento de migrantes e do drama dos barcos em estado calamitoso que todos os dias dão à costa, transportando mulheres, crianças e homens de todas as idades, e amiúde se afundam, afogando no mar as esperanças de uma vida melhor. O CESE também enviou uma delegação a Itália, composta pelos meus colegas Vladimíra Drbalová e José Antonio Moreno Díaz, e por mim. Em 18 e 19 de janeiro, estivemos em Milão e em Roma, onde nos reunimos com os responsáveis de estruturas e organizações ativas no domínio do acolhimento e da

integração. O que mais nos chamou a atenção foi o sentimento partilhado por todos os interlocutores de que a Europa enfrenta um fenómeno dramático e de longa duração, e de que sem o forte empenho de cada Estado-Membro e da União no seu conjunto não se conseguirá dar uma resposta adequada à extrema complexidade do problema. A grande solidariedade de que a população italiana sempre deu provas, sobretudo no sul, como o demonstra o caso emblemático de Lampedusa, não é suficiente para dar respostas duradouras. Entre as experiências mais interessantes, importa referir a Casa Suraya em Milão, um centro de acolhimento em que se integram eficazmente estruturas públicas e a intervenção do setor privado e voluntário, oferecendo um acolhimento exemplar às famílias que inclui assistência jurídica, ensino da língua italiana, apoio psicológico e medidas de inserção profissional. Não escasseiam as dificuldades, porém, especialmente nos casos em que os imigrantes não querem fornecer informações sobre o seu estatuto e proveniência. Os parceiros sociais e a sociedade civil têm um papel fundamental a desempenhar na sua integração, tanto a nível da assistência inicial, muitas vezes essencialmente a cargo de voluntários, como nas fases seguintes, com a formação e a inserção no sistema de ensino e no mercado de trabalho. ●

## Christa Schweng, membro do Grupo dos empregadores, participante na missão à Áustria



Os debates realizados nos diversos Estados-Membros que visitámos resultaram em mensagens muito semelhantes:

A UE necessita de um sistema de asilo eficaz, um processo de candidatura uniforme e uma lista comum de países seguros. Os centros de registo têm de estar plenamente operacionais em permanência, e o seu número deve ser reforçado. O Regulamento de Dublin deve ser revisto, os países de primeira chegada devem receber apoio adicional e o sistema de realocação deve estar operacional.

Devem ser definidos critérios comuns para a proteção internacional. Uma prioridade da política externa da UE deve ser abordar as causas profundas da situação atual e oferecer maior apoio aos países vizinhos da Síria.

Há que fazer uma distinção entre refugiados e migrantes por razões económicas. As pessoas cujos processos são avaliados a seu desfavor devem ser repatriadas para os países de origem. Deve ser dada prioridade à celebração de acordos de readmissão.

As organizações da sociedade civil realizam muitas vezes tarefas que são da responsabilidade dos Estados-Membros. Há que melhorar a coordenação entre essas organizações e as autoridades nacionais, bem como facilitar o acesso das organizações da sociedade civil ao financiamento da UE.

Integrar números elevados de pessoas nas nossas sociedades e nos mercados de trabalho constitui ao mesmo tempo um desafio e uma oportunidade. A integração é fundamental para evitar sociedades paralelas e deve ter início o mais rapidamente possível.

A dimensão das chegadas gerou receios e levou ao encerramento das fronteiras internas. Os meios de comunicação social e as autoridades públicas têm um papel importante na atenuação desses receios.

As lições difíceis que estamos a aprender contribuirão, espera-se, para nos preparar para o futuro. Não é possível encontrar soluções sustentáveis a nível nacional, tal só é possível ao nível da UE. ●

## José Antonio Moreno Díaz, membro do Grupo dos trabalhadores, sobre a missão à Turquia



«A visita ofereceu-me uma perspetiva diferente sobre a crise migratória. Numa reunião, por exemplo, abordámos a questão da pressão migratória nas zonas fronteiriças. Os representantes da sociedade civil concordaram com o nosso ponto de vista, mas referiam-se ao Líbano, à Jordânia e à própria Turquia, em que a situação é realmente grave: há 3 000 000 de refugiados na Turquia, 1 070 000 no Líbano e 640 000 na Jordânia. Na verdade, não é rigoroso falar de «crise» em relação à UE, que recebeu em 2015 cerca de 1 000 000 de refugiados e tem uma população de 500 milhões de habitantes.

O que mais me impressionou foi o empenho das ONG que estão a trabalhar com os refugiados, especialmente na região de Esmirna. No entanto, comoveu-me a falta de esperança de muitos destes ativistas, que estavam muito pessimistas quanto à evolução da situação e, em particular, quanto ao papel que a UE poderia desempenhar. Infelizmente, o acordo UE-Turquia veio dar-lhes razão.

Pessoalmente, creio que a integração na Turquia é impossível devido ao contexto jurídico e político deste país: se não se reconhecer um estatuto jurídico estável e homologável, com um conjunto reconhecido de direitos e obrigações, não será possível desenvolver um quadro de integração. Por conseguinte, a sociedade civil deve ajudar a sensibilizar a população turca para que esta veja os refugiados como seres humanos que procuram proteção, e abrir caminho para que o Estado turco os considere refugiados nos termos da Convenção de Genebra. Só um quadro jurídico estável e seguro permitirá a elaboração de políticas de integração. Uma vez reunidas estas condições, as ONG terão um papel determinante na identificação das necessidades reais.» ●

## Dilyana Slavova, membro do Grupo dos Interesses Diversos e presidente da Secção REX, sobre a missão à Bulgária

«Uma vez atravessada a fronteira da Turquia para a Bulgária, a maioria dos requerentes de asilo acaba num centro de acolhimento da *agência nacional para os refugiados*, onde aguarda que o seu pedido de concessão do estatuto de refugiado seja tratado. Caso seja concedido, este estatuto garantir-lhes-á proteção jurídica, assim como a maioria dos direitos e privilégios de que gozam todos os cidadãos búlgaros. Uma vez obtida esta proteção, os refugiados veem-se no entanto, obrigados a abandonar os centros de acolhimento, não beneficiando de qualquer apoio do governo na procura de emprego ou de alojamento a preços acessíveis, nem do direito a prestações sociais. As famílias são quem enfrenta as maiores dificuldades após a saída dos centros de refugiados. Os refugiados deparam-se frequentemente com problemas para encontrar alojamento, devido, entre outras razões, à pequena dimensão dos apartamentos, normalmente concebidos para famílias de quatro pessoas, o que torna extremamente difícil alojar famílias com oito ou mais crianças.



A Cruz Vermelha é, juntamente com a *Caritas* e o *Conselho para Mulheres Refugiadas na Bulgária*, uma das três ONG que desenvolvem atividades ligadas à integração, tais como cursos de língua gratuitos e ajuda na procura de emprego. Estas organizações trabalham com pequenos grupos de pessoas, uma vez que a maioria dos refugiados não fala búlgaro, o que implica que tenham poucas oportunidades de emprego e sejam, muitas vezes, alvo de discriminação. As aulas de língua para os refugiados têm lugar no centro de informação da Cruz Vermelha em Sófia. O principal desafio que se coloca aos refugiados é integrar-se na sociedade e encontrar emprego, o que exige que sejam capazes de comunicar em búlgaro.

Um total de 170 pessoas concluiu com êxito o curso de língua no primeiro semestre de 2015. Estas ONG dão, assim, um verdadeiro contributo para a integração dos requerentes de asilo.» ●

# Edição de 2016 do evento «A tua Europa, a tua voz»: Os adolescentes refugiados são os futuros «trabalhadores e génios» da Europa

A tua Europa, a tua voz O evento «A tua Europa, a tua voz» cumpriu as expectativas, tendo jovens da UE-28 e dos países candidatos animado os debates com o seu entusiasmo e as suas ideias novas para ajudar os migrantes a integrarem-se nas sociedades europeias.

O CESE convidou um grupo de jovens interventivos de 16 e 17 anos, de toda a Europa, para debater um dos temas mais polémicos da agenda política neste momento: a migração e a integração.

O debate teve lugar em Bruxelas na sequência da reunião plenária de março do CESE. Os jovens exploraram uma série de questões, desde o papel das escolas, dos clubes desportivos e do diálogo entre culturas na luta contra a discriminação, à forma como são divulgadas as

informações sobre a crise dos refugiados, o papel dos meios de comunicação social, passando pela importância de definir claramente uma forma humana de lidar com a integração.

Após um debate aberto e animado sobre dez propostas diferentes, os delegados da juventude chegaram a acordo sobre três propostas globais para integrar melhor os migrantes, em especial as crianças, nas sociedades europeias:

- **Meios de comunicação social e migrantes, reforma dos meios de comunicação mediante investimento da UE:** sugestões para impor orientações mais rigorosas para a comunicação de questões relacionadas com os migrantes e outras medidas para sensibilizar os cidadãos e reduzir a discriminação.

- **Revisão do Acordo de Dublin:** centros de registo, processamento mais rápido dos requerimentos de asilo e formação linguística e cultural antes de se proceder à repartição dos refugiados.
- **Plano de ensino, não atribuição a um nível escolar no início, intercâmbios culturais, adaptação ao seu próprio ritmo:** integrar gradualmente os refugiados no sistema de ensino, reconhecer a importância do ensino para a integração.

«Enquanto voz da sociedade civil, queremos garantir que os pontos de vista, as experiências e as ideias da geração mais jovem da Europa sobre esta questão fundamental são ouvidos», afirmou Gonçalo Lobo Xavier, vice-presidente do CESE responsável pela Comunicação. «Queremos uma abordagem humanitária e unificada da imigração e do asilo. Os refugiados têm direitos, mas também têm o dever de respeitar os valores e as responsabilidades sociais da UE», acrescentou.

Cerca de 33 escolas – uma por Estado-Membro ou país candidato – foram escolhidas ao acaso e convidadas



a participar nesta iniciativa anual única para os jovens que serve de estímulo ao trabalho realizado pelos membros do CESE.

Os membros e os responsáveis políticos da UE ficaram impressionados com as ideias estimulantes e as sugestões concretas dos jovens embaixadores para promover uma resposta mais integrada à crise migratória.

José Antonio Moreno Díaz declarou-se impressionado com as soluções propostas para questões tão difíceis «de responder, até para adultos e políticos», e aplaudiu o bom senso demonstrado. «Vocês são o espírito da Europa», concluiu. (dm)

## BREVEMENTE NO CESE

### Isto é a Europa, isto é agora: Fotografias de refugiados por Giles Duley no CESE

O CESE vai albergar a exposição «Isto é a Europa, isto é agora» com fotografias de refugiados tiradas por Giles Duley, fotógrafo britânico conhecido pelo seu trabalho sobre questões humanitárias e sobre as consequências dos conflitos. Em 2011, Giles Duley foi gravemente ferido ao pisar um engenho explosivo improvisado no Afeganistão, que lhe amputou duas pernas e um braço. Apesar disso, continuou determinado a voltar ao trabalho e está atualmente a colaborar com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, documentando fotograficamente as histórias dos refugiados que têm chegado à ilha grega de Lesbos. Apesar de estar a documentar situações difíceis e, nalguns casos, aterradoras, Giles Duley capta a força das pessoas que combatem as adversidades, em vez de sucumbirem. A exposição estará patente de 27 de abril a 20 de maio no Atrio 6 do edifício JDE. A inauguração da exposição contará com a presença do próprio Giles Duley. (sk/dm)



© Giles Duley/UNHCR

### Dia de Portas Abertas – 28 de maio de 2016 – Unida na diversidade

O CESE – à semelhança de outras instituições europeias – abrirá as suas portas ao público no sábado, 28 de maio. O tema da edição de 2016 deste evento será o lema da União Europeia: «Unida na diversidade». Em conjunto com o Parlamento Europeu, o Conselho Europeu, o Conselho da União Europeia, a Comissão Europeia, o Comité das Regiões Europeu e o Serviço Europeu para a Ação Externa, o Comité Económico e Social Europeu tem o prazer de acolher mais de 30 000 visitantes, todos interessados em saber mais sobre o modo como as instituições trabalham e as questões que tratam.

Haverá visitas às instalações, stands de informação, atividades interativas, concertos e exposições. Trata-se de uma oportunidade única para descobrir a diversidade da Europa, num ambiente divertido e acolhedor para famílias. Para ver o programa completo, consulte [europeday.europa.eu](http://europeday.europa.eu) (em linha a partir de 16 de abril).

O edifício principal do CESE, o edifício Jacques Delors (rue Belliard/Belliardstraat 99, 1040 Bruxelles/Brussel), estará aberto ao público no **sábado, 28 de maio de 2016, das 10 às 18 horas**. Venha descobrir o CESE e a nossa Europa com a família e os amigos! (sk)

### Seminário dos meios de comunicação da sociedade civil – edição de 2016 Comunicar sobre o tema da migração

O seminário dos meios de comunicação da sociedade civil de 2016, que terá lugar em 24 e 25 de novembro em Viena, assinalará o 10.º aniversário deste evento do CESE. A edição deste ano, intitulada «Comunicar sobre o tema da migração», abrangerá diversos aspetos das informações transmitidas pelos meios de comunicação sobre os refugiados, a migração e a integração dos migrantes.

Ninguém ignora que os meios de comunicação, incluindo as redes sociais, têm desempenhado um papel fundamental na difusão de informações sobre a crise dos refugiados e da migração – de tal forma que a opinião pública e as próprias políticas têm sido, sem dúvida, influenciadas pelos meios de comunicação e pelo modo como os governos e as organizações da sociedade civil comunicam sobre os vários aspetos da migração.

O seminário contará com a participação de jornalistas, comunicadores da sociedade civil e peritos em migração, bem como de representantes de instituições europeias e internacionais com competências neste domínio. Serão organizadas sessões sobre os aspetos da migração, dos refugiados, do contrabando de migrantes e da integração dos migrantes (nomeadamente a integração no mercado de trabalho) relacionados com a comunicação.

O evento será organizado com o apoio do Ministério Federal dos Assuntos Europeus, da Integração e dos Negócios Estrangeiros da Áustria – que fornece o local para a sua realização, a Academia Diplomática de Viena –, e do município de Viena. (sma)



## Incentivo oportuno aos esforços para a segurança marítima

O CESE apoia a iniciativa da Comissão Europeia de reforçar a cooperação e o intercâmbio de informações entre as várias agências da UE e as entidades nacionais que desempenham atualmente funções de guarda costeira. Contudo, sublinha a urgência da aplicação das medidas propostas.

«Não é possível nem aceitável que o fluxo de refugiados continue a ceifar vidas humanas no mar, que persista o afluxo irregular de migrantes e que os Estados-Membros tomem medidas unilaterais introduzindo controlos permanentes nas fronteiras», salienta o Comité **num parecer sobre a proposta de alteração** ao regulamento da Comissão, adotado pelo CESE na reunião plenária de março. Questiona ainda se as alterações propostas para a Agência Europeia da Segurança Marítima (EMSA) são adequadas para cobrir os recursos humanos e financeiros necessários

para dar uma resposta suficientemente rápida às prementes necessidades humanitárias e de segurança.

Um sistema de guarda costeira mais eficiente e com uma boa relação de custo-eficácia permitiria aos Estados-Membros reduzir ou mesmo deixar de realizar controlos permanentes, permitindo que Schengen voltasse a ser plena e devidamente restabelecido, sugere o parecer elaborado pelo relator Jan Simons do Grupo dos Empregadores.

Entre as medidas propostas pela Comissão, o Comité aprova a utilização de sistemas de aeronaves telepiladas (RPAS) para apoiar a vigilância por vezes fragmentária exclusivamente assente na cobertura de satélite, uma vez que as embarcações de madeira ou borracha mais pequenas são difíceis de detetar. (sg)

© shutterstock/ikdy



## Próximas atividades do Grupo dos Trabalhadores

O Grupo dos Trabalhadores está convicto de que as atuais crises, quer seja a ameaça do terrorismo, a crise económica e social ou a crise dos refugiados, só poderão ser resolvidas por uma Europa forte, unida, solidária e profundamente democrática. Por isso, congratulamo-nos com o lançamento de uma consulta pública sobre o pilar europeu dos direitos sociais, que reforçará o carácter democrático da nossa União. Os trabalhadores apoiam inteiramente o objetivo desta iniciativa, ou seja, a realização de uma UEM mais profunda e mais justa, em particular, garantindo a equidade e o bom funcionamento dos mercados de trabalho e dos sistemas de proteção social. No intuito de tornar realidade a ideia de Jean-Claude Juncker de uma «notação tripla A social», o Grupo dos trabalhadores fez desta iniciativa a sua prioridade máxima. Por esse motivo, a sua presidente, Gabriele Bischoff, fará parte do conjunto de relatores do parecer do CESE sobre o tema (juntamente com os presidentes dos outros dois grupos e vários membros do CESE).

Os direitos sociais estão no centro das preocupações do Grupo dos Trabalhadores, inclusive no que toca à questão da saída do Reino Unido. Neste contexto, na sua declaração sobre este tema, de 18 de fevereiro de 2016, o grupo alertou para a possibilidade de se desvirtuar o princípio da



Grupo dos Trabalhadores

livre circulação e para os repetidos esforços no sentido de reduzir os direitos sociais. No seguimento desta resolução, o Grupo dos Trabalhadores está a organizar uma reunião extraordinária da Mesa, que terá lugar em Londres, em 21 de abril de 2016, para debater os riscos do referendo do Reino Unido sobre a sua saída da UE, não só para os trabalhadores daquele país mas para todos os cidadãos europeus. Nessa ocasião terá lugar uma troca de pontos de vista exaustiva com os sindicatos do Reino Unido.

Por último, em 31 de maio de 2016, o Grupo dos Trabalhadores realizará uma reunião extraordinária em Haia, a fim de efetuar uma avaliação pormenorizada da Presidência neerlandesa da UE, com a participação de representantes do Governo dos Países Baixos. (mg/fs)

## O futuro da política da UE para as PME

A visão original da Lei das Pequenas Empresas (SBA) deve ser relançada de forma a ser utilizada mais eficazmente enquanto ferramenta para impulsionar a competitividade das PME. As necessidades das PME devem ser tidas em conta em todas as políticas da UE através da aplicação dos princípios «pensar primeiro em pequena escala» e «só uma vez». A Lei das Pequenas Empresas deve ser gerida, monitorizada e aplicada de forma mais eficaz – estes são os principais pontos referidos pelos participantes na mesa-redonda sobre PME organizada pelo Grupo dos Empregadores do CESE. O debate teve lugar em 5 de abril, em Bruxelas, com a participação da comissão europeia responsável pelo Mercado Interno, Indústria, Empreendedorismo e PME, Elzbieta Bienkowska.

Numa declaração conjunta, os representantes das principais organizações de empregadores da UE (BUSINESSEUROPE, UEAPME, EuroChambres, Eurocommerce, Copa-Cogeca e CEEP) instaram ao reforço da política europeia para as PME e do plano de ação da UE para as PME, a fim de garantir o relançamento da Lei das Pequenas Empresas e dinamizar as políticas nacionais para as PME. Identificaram uma série de prioridades que devem ser tratadas, tais como a promoção do empreendedorismo, a conclusão do mercado único, a melhoria do acesso ao financiamento para as PME e a simplificação do comércio, incluindo o acesso a mercados fora da UE.

«As PME são importantes geradores de emprego e crescimento na Europa e o seu crescimento é fundamental para a economia europeia. Ao organizar a mesa-redonda, quisemos chamar a atenção dos decisores políticos para os diversos desafios enfrentados pelas PME e propor medidas concretas para melhorar o seu ambiente empresarial», declarou Jacek Krawczyk, presidente do Grupo dos Empregadores do CESE, que organizou a reunião. Sublinhou ainda que as organizações de empregadores tanto europeias como nacionais estão empenhadas em cooperar mais estreitamente com a Comissão Europeia, com vista a assegurar que a legislação responde às necessidades das empresas. (lj)



Elzbieta Bienkowska, comissária europeia responsável pelo Mercado Interno, Indústria, Empreendedorismo e PME, e Jacek Krawczyk, presidente do Grupo dos Empregadores do CESE na mesa-redonda sobre PME

## Reforço da cooperação UE-Japão

Em março, num seminário realizado na sede do CESE em Bruxelas, debateu-se o desafio comum colocado pelas migrações e o papel da sociedade civil na aplicação do Acordo de Comércio Livre UE-Japão. O vice-presidente do CESE, *Gonçalo Lobo Xavier*, aproveitou a oportunidade para convidar as organizações da sociedade civil japonesa para uma visita de estudo. «Apesar de as sociedades civis da UE e do Japão terem estruturas diferentes, a sua função e responsabilidades são fundamentalmente as mesmas». A sociedade civil de ambos os lados tem de participar ativamente na implementação e acompanhamento do Acordo de Parceria Estratégica e do Acordo de Comércio Livre UE-Japão. Além disso, há que dar prioridade à trocas inter-regionais e à criação

de laços mais estreitos entre as sociedades civis da UE e do Japão.

Os participantes manifestaram a esperança de que o acordo comercial vá mais longe e desencadeie iniciativas que reforcem os contactos interpessoais, a compreensão mútua e a amizade, aproximando deste modo as sociedades europeia e japonesa.

Quanto às migrações, o seminário revelou que, apesar das diferentes circunstâncias históricas e geográficas, os desafios que ambas as sociedades enfrentam são semelhantes e passam, por exemplo, por encontrar vias legais para os trabalhadores e os migrantes económicos. (sma)

## Ser ou não ser da UE? Eis a questão...

de Luca Jahier, presidente do Grupo dos Interesses Diversos do CESE



Luca Jahier, presidente do Grupo dos Interesses Diversos do CESE

Em 8 de março de 2016, o Grupo dos Interesses Diversos organizou um debate sobre o tema «O Reino Unido na UE: Em que é que isto lhe diz respeito?», que reuniu 130 participantes e foi moderado por Shirin Wheeler, ex-apresentadora do programa da BBC «The Record Europe».

Com oradores vindos do meio académico e de grupos de reflexão, de setores ligados ao ambiente e ao voluntariado, de empresas sociais, de sindicatos, de órgãos de poder local e nacional, incluindo os nossos membros, deve dizer-se que este evento deu lugar a um dos debates mais vivos a que alguma vez se assistiu numa conferência temática do nosso grupo. Quer se falasse de emprego, de crescimento, de coesão económica e social, de segurança, de soberania e de identidade, ou se debatesse «o dia seguinte» e as consequências do voto de uma maioria a favor da saída da UE, a linha de pensamento foi sempre a mesma: o referendo de 23 de junho decidirá sobre pessoas e sobre a sua qualidade de vida. Provavelmente por esta razão, e apesar dos factos e da dimensão política sectorial das campanhas a favor da saída ou da permanência, os participantes no debate concordaram que a maioria dos cidadãos

do Reino Unido votará com base nas suas emoções. Em última análise, o resultado do referendo vai depender dos sentimentos, perceções, receios, paixões e valores que se pretende transmitir à próxima geração. Poderíamos chamar-lhe «projeto esperança», pois a União Europeia é um percurso comum rumo ao desenvolvimento da nossa sociedade, à justiça e à dignidade. No entanto, é claro que este caminho não se faz sem enfrentar dificuldades.

Há quase cinco séculos, William Shakespeare escreveu: «O mundo inteiro é um palco» e a vida é uma peça de teatro em que os atores somos nós. Em 23 de junho, os cidadãos do Reino Unido serão os protagonistas! Portanto, «ser ou não ser» um membro da União Europeia? Eis a questão! Pessoalmente, sou um defensor convicto do «ser» da UE. Sou fã do #UK-IN!

## Garantir alimentação suficiente para todos implica uma mudança radical na produção e no consumo de alimentos

Segundo as estimativas, a população mundial poderá atingir em 2050 o número impressionante de 9,6 mil milhões de habitantes, quando o sistema de produção alimentar mundial tem, já hoje, dificuldades em alimentar uma população de 7,5 mil milhões de pessoas. Acresce que a forma como cultivamos, produzimos, transportamos e consumimos os alimentos é insustentável.

eleva atualmente a 100 milhões de toneladas na Europa e 1,6 mil milhões de toneladas (cerca de 30% da produção) a nível mundial. Adotar uma alimentação mais saudável e reduzir o consumo de carne também é bom para a saúde do planeta. Mas isto não é tudo. O setor alimentar é o maior produtor mundial de emissões de gases com efeito de estufa e o CESE proporá medidas com vista a dar resposta a esta situação.

A pedido da Presidência neerlandesa da UE, o CESE está a elaborar um parecer exploratório sobre «Sistemas alimentares mais sustentáveis». As opiniões das partes interessadas e dos peritos sobre esta questão foram ouvidas numa audição organizada pelo CESE, em Bruxelas, em 11 de março de 2016.

Além disso, cabe assegurar maior coerência não só entre políticas, mas também entre setores. A política alimentar da UE deve ser abrangente e englobar a agricultura, o comércio, o ambiente, a saúde e a política social e conjugar diferentes instrumentos, tais como a legislação, os incentivos económicos e os impostos, a fim de desenvolver um sistema alimentar verdadeiramente sustentável. (sma)

Do ponto de vista do CESE, um dos pontos principais é a questão da redução do desperdício alimentar, que se

## CESE e Conselho Económico, Social e Ambiental francês querem estreitar ligações

O CESE e o Conselho Económico, Social e Ambiental francês desejam criar laços mais estreitos.

Paris, a 21 de março, que reuniu os membros franceses do CESE, liderados por Thierry Libaert, ponto de contacto do CESE com França, e a presidência do conselho francês. Nestas reuniões, os dois órgãos decidiram trabalhar em conjunto numa série de domínios, com destaque para o seguimento da COP21, a migração, a Europa social, o destacamento de trabalhadores, a Estratégia Europeia 2020 e a rede da UE formada pelos Conselhos Económicos e Sociais nacionais da UE e o CESE. Concordaram ainda em fomentar os contactos diretos entre os respetivos presidentes, os administradores de secção e os relatores, bem como em facilitar e multiplicar as trocas entre as secções consultivas, as comissões e as delegações de ambas as partes, manifestando o desejo de organizar com regularidade reuniões semelhantes numa base semestral.

Em janeiro, uma delegação do CESE apresentou as suas atividades ao Conselho Económico, Social e Ambiental francês recentemente renovado. O encontro deu-se na sequência de um convite de Patrick Bernasconi, o novo presidente do conselho francês, que desde o início do seu mandato propôs centrar os trabalhos deste órgão em prioridades estratégicas. Entre essas prioridades salienta-se a necessidade de «integrar a dimensão europeia em todos os pareceres e relatórios do Conselho Económico, Social e Ambiental. Para o efeito, há que promover uma autêntica colaboração com o CESE».

Desde então, as iniciativas sucedem-se. No dia 10 de março, teve lugar em Bruxelas uma reunião de trabalho entre os presidentes das duas instituições, George Dassis e Patrick Bernasconi. Seguiu-se um encontro em

O próximo passo será a participação de Patrick Bernasconi na plenária de maio do CESE. (dm)

CESE Info em 23 línguas: <http://www.eesc.europa.eu/?i=portal.en.eesc-info>

Abril de 2016 / 4

### Editores:

Alun Jones (editor-chefe)  
Daniela Marangoni (dm)

### Colaboraram nesta edição:

Caroline Alibert Deprez (cad)  
Chloé Lahousse (cl)  
Daniela Marangoni (dm)  
Diaelhak Raguragui (dr)  
Francisco Soriano (fs)  
Leszek Jarosz (lj)  
Margarita Gavanias (mg)  
Milen Minchev (mm)  
Satu Kankala (sk)  
Siana Glouharova (sg)

Silvia M. Aumair (sma)

### Coordenação geral:

Agata Berdys (ab)

Data do fecho desta edição: 12 de abril de 2016

### Endereço:

Comité Económico e Social Europeu  
Edifício Jacques Delors, Rue Belliard, 99,  
B-1040 Bruxelas, Bélgica  
Tel. (+32 2) 546.94.76  
Fax (+32 2) 546.97.64  
Correio eletrónico: [eescinfo@eesc.europa.eu](mailto:eescinfo@eesc.europa.eu)  
Sítio Internet: <http://www.eesc.europa.eu/>

O *CESE Info* é publicado nove vezes por ano, por ocasião das reuniões plenárias do CESE.

As versões impressas do *CESE Info* em alemão, inglês e francês podem ser obtidas gratuitamente junto do Serviço de Imprensa do Comité Económico e Social Europeu.

Além disso, o *CESE Info* encontra-se disponível em 23 línguas, em formato PDF, no sítio *Web* do Comité:

URL: <http://www.eesc.europa.eu/?i=portal.en.eesc-info>

O *CESE Info* não pode ser considerado como o relato oficial dos trabalhos do CESE, que se encontra no Jornal Oficial da União Europeia e noutras publicações do Comité.

A reprodução, com menção do *CESE Info* como fonte, é autorizada (mediante envio de cópia ao editor).

Tiragem: 6 500 exemplares.

O próximo número sairá em maio de 2016.



Serviço das Publicações